



XXIV ENCOB

ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 26 de AGOSTO de 2022

Foz do Iguaçu - Paraná

JORNADA DE CAPACITAÇÃO

RELATÓRIO



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

República Federativa do Brasil

Jair Bolsonaro

Presidente da República

Ministério do Desenvolvimento Regional

Daniel de Oliveira Duarte Ferreira

Ministro

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Diretoria Colegiada

Veronica Sánchez da Cruz Rios (Diretora-Presidente)

Vitor Saback

Maurício Abijaodi

Filipe de Mello Sampaio Cunha

Ana Carolina A. N. de Castro

Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Humberto Cardoso Gonçalves (Superintendente)

Volney Zanardi Junior (Superintendente-Adjunto)

Comitê de Editoração

Superintendentes:

Joaquim Guedes Correa Gondim Filho

Flávio Hadler Tröger

Humberto Cardoso Gonçalves

Secretária Executiva:

Roxane Pinheiro Alves

Produção

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução de dados e de informações contidos nesta publicação, desde que citada a fonte.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
Ministério do Desenvolvimento Regional

JORNADA DE CAPACITAÇÃO

Relatório da Jornada de Capacitação no Encontro
Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas
Encob 2022

Brasília - DF
ANA
2022

@2022, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Edifício Sede, Bloco M

CEP: 70.610-200 - Brasília/DF

Telefone: (61) 2109-5400 / 5252

Endereço Eletrônico: <https://www.gov.ana.br/ana/pt-br>

Equipe Editorial

Izabela Braga Neiva de Santana

Jane Fátima Fonteneles Fontana

Renata Rozendo Maranhão

Vivyanne Graça Mello de Oliveira

Organização

Vivyanne Graça Mello de Oliveira

Projeto Gráfico e Editoração

Vivyanne Graça Mello de Oliveira

Imagens

Sabá Filmes

Vivyanne Oliveira

Thamiris de Oliveira Lima

Supervisão Editorial

Renata Rozendo Maranhão

Vivyanne Graça Mello de Oliveira

Disponível em:

<https://www.gov.ana.br/ana/pt-br>

Agradecimentos

Allan de Oliveira Mota

Alondra Alvarez

Ana Carolina Argolo Castro

André Marques

Andrea Borges

Daniela Nogueira

Diana Leite Cavalcanti

Dirceu Costa

Eduardo de Araújo Rodrigues

Fernanda Matos

Gisele Bôa Sorte

Henrique Pinheiro Veiga

Iara Bueno Giacomini

Ingrid Delgado

Jefferson Nascimento

José Maciel Nunes Oliveira

Josivan Cardoso

Larissa Cayres

Leila de Fátima

Luciana Zago

Lucilei Bonadeze Rossasi

Luis Carlos Sousa Silva

Luis Gustavo Miranda Mello

Lupercio Ziroldo Antonio

Márcio de Araújo Silva

Marco Antonio Amorim

Maria Emilia Rodrigues Pêgo

Maria Isabela Souza

Mariane Ravanello

Marina Assis

Osman Fernandes da Silva

Porfírio Loureiro

Raissa Guedes

Ricardo Bruno Rodrigues da Silva

Rodrigo Cupelli

Rogério Nunes

Saulo Aires de Souza

Sergio Ayrimoraes

Silvana Vitorassi

Sin Chan Chou

Stuart E. Bunn

Suraya Modaelli

Tadeu Malheiros

Thiago Santana

Tibério Magalhães Pinheiro

Valmir Pedrosa

Yvonilde Medeiros

Zaki Shubber

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução de dados

e informações contidos nesta

publicação, desde que citada a fonte.

Sumário

6

Apresentação

8

Metodologia

9

As estações

11

Estação 1 - manhã -
Comitês de Bacias nas
Mudanças Climáticas

15

Estação 2 - manhã -
Planos de Recursos
Hídricos e
Enquadramento

19

Estação 3 - manhã -
Revitalização de Bacias
Hidrográficas e PSA

25

Estação 4 - manhã -
Educação Ambiental
para a gestão de
recursos hídricos nas
escolas

29

Estação 5 - manhã - As
mulheres na gestão das
águas

33

Estação 6 (Online) -
manhã e tarde Gestão
da água e gestão de
conflitos

34

Estação 1 - tarde -
Gestão e Mediação
de Conflitos

40

Estação 2 - tarde -
Cobrança pelo Uso da
Água

45

Estação 3 - tarde -
Programas de Pós-
Graduação

47

Estação 4 - tarde -
Educação ambiental,
comunicação e
capacitação

53

Estação 5 - tarde -
Água e Juventude

57

Avaliação





Apresentação

Depois de um longo período de distanciamento social, em virtude da pandemia da Covid 19, o Encob aconteceu sob grande expectativa de encontros para trocas de conhecimentos e de experiências e, no primeiro dia desse evento, a ANA e o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, com o apoio de instituições parceiras, promoveram 10 estações temáticas que integraram a "Jornada de Capacitação", com a proposta de iniciar o encontro com um espaço de fala e escuta entre os participantes. Essa iniciativa foi bastante inovadora!

Com inspiração na metodologia "World Café", mais de 1.500 pessoas trocaram ideias, experiências e expectativas em 5 salas simultâneas diferentes, com a condução de mais de 30 moderadores e palestrantes, no período da manhã e da tarde, do dia 22/08/2022. Foi uma rica oportunidade de conhecer diretamente de quem está atuando nos comitês de bacia hidrográfica (cbh) os desafios e problemas enfrentados, bem como de construir em conjunto propostas voltadas a soluções por meio da educação, capacitação, integração e muito mais. O registro neste documento busca retratar o que foi vivenciar a Jornada de Capacitação realizada no Encob. Entretanto, esse registro apenas se aproxima do que foi viver essa experiência!

O Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - Encob - acontece anualmente desde 1999, ano de criação do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, responsável pela organização executiva e coordenação desse encontro anual, que busca a integração e a troca de experiências entre os seus comitês membros, tendo como objetivo principal apresentar, de forma clara, como é feita a gestão participativa e compartilhada entre os integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Brasil.

Juntamente com o relato das jornadas e de outras ações de educação e capacitação, realizadas no Encob, este documento discorre sobre a metodologia utilizada, os encaminhamentos propostos*, reflexões e sugestões para o próximo encontro. Aproveitem a leitura!

Humberto Cardoso Gonçalves

*Este documento reúne o resultado das Jornadas, reproduzindo o relato nas estações, sem análise técnica ou responsabilidade acerca das propostas e sugestões apresentadas.



2 Metodologia

Por meio de uma base pedagógica ativa em sua metodologia, a Jornada de Capacitação foi uma oportunidade de discutir alguns desafios apresentados pelos integrantes de comitês de bacias hidrográficas e de formular propostas conjuntamente em busca de solução e/ou estratégias para enfrentamento das questões colocadas. A inspiração metodológica foi o “World café”, que parte do conhecimento e experiência de cada um, estimula o diálogo e a troca de idéias, utilizando essa sabedoria e criatividade para propor soluções para os desafios. A ideia foi conectar as inteligências individuais, formando uma inteligência coletiva e as propostas foram registradas em papel pardo, tarjetas ou em meio digital.

Princípios orientadores da metodologia:

- **definição do contexto;**
- **criação de um espaço de acolhimento;**
- **exploração de perguntas que façam sentido ao propósito do encontro;**
- **incentivo para a contribuição de todos os participantes;**
- **conexão de perspectivas diversas;**
- **ouvir os outros por meio de padrões e por insights;**
- **compartilhar descobertas coletivas.**

A Jornada teve início com uma mesa de abertura e, em seguida, os participantes se deslocaram para os locais, denominados “Estações da Jornada”, de acordo com suas escolhas, dentre os 10 temas abordados. Cinco estações ocorreram concomitantemente no período da manhã e as outras cinco no período da tarde.

Cada estação teve, em média, duas horas de duração, iniciando com uma apresentação de 15 minutos para contextualização e problematização sobre o tema em questão. Em seguida, a partir de perguntas provocadoras, foram realizadas conversas em grupos, reunindo os diversos olhares dos participantes em torno do tema abordado, enquanto moderadores e palestrantes circulavam pelos grupos para, ao final, sintetizarem e compartilharem as discussões dos participantes. No encerramento, debatedores experientes no tema fizeram reflexões sobre a dinâmica com um todo.

Os participantes do Encob definiram sua jornada escolhendo um tema pela manhã e outro no período da tarde. Os organizadores realizaram uma série de reuniões e encontros virtuais para definição e adaptação da metodologia, elaboração das perguntas provocadoras e outros alinhamentos.



3

As estações



A Jornada de capacitação aconteceu no dia 22 de agosto de 2022 e contou com a participação de mais de 1.500 pessoas nas estações que dialogaram sobre os temas a seguir:

Temas das estações	Total - 1.588
Manhã	Participantes
Estação 1 - Comitês de bacias nas mudanças climáticas	132
Estação 2 - Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento	151
Estação 3 - Revitalização de bacias hidrográficas e pagamentos por serviços ambientais	156
Estação 4 - Educação ambiental para a gestão de recursos hídricos nas escolas	141
Estação 5 - As mulheres na gestão das águas	59
Estação 6 - Gestão da água e gestão de conflitos (Jornada Online)	224
Tarde	Participantes
Estação 1 - Gestão e mediação de conflitos	168
Estação 2 - Cobrança pelo uso de água	165
Estação 3 - Programas de pós-graduação em educação e gestão de recursos hídricos	65
Estação 4 - Educação ambiental, comunicação e capacitação na gestão das águas	201
Estação 5 - Água e Juventude	126

COMITÊS DE BACIAS NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PARTICIPANTES

- Moderação: Vivyanne Melo - ANA
Márcio de Araújo Silva - ANA
- Palestrantes: Saulo Aires de Souza - ANA
Sin Chan Chou - INPE
- Debatedoras: Maria Isabela Souza – CBH Grande
Yvonilde Medeiros – CBH São Francisco
Gisele Bôa Sorte – SEAS / RJ

PERGUNTAS

1. Quais os maiores riscos que as bacias hidrográficas poderão enfrentar devido aos impactos das mudanças climáticas?
2. Cite/identifique os riscos que já estão impactando a sua bacia hidrográfica e a segurança das infraestruturas hídricas como, por exemplo, as barragens.
3. De que forma o tema das mudanças climáticas está sendo tratado no âmbito do seu comitê de bacia?
4. Que ações de adaptação você sugere para a sua bacia, no âmbito do CBH?
5. Como os instrumentos da PNRH podem ser aprimorados visando a adaptação às mudanças climáticas?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Quais os maiores riscos que as bacias hidrográficas poderão enfrentar devido aos impactos das mudanças climáticas?

- A escassez hídrica é um problema, pois tem associada a desertificação, o risco de perda de bioma, mudança de padrão agrícola.
- Eventos extremos, desastres, inundações, perda de solo, impactos econômicos e socioeconômicos.
- Associadas à escassez e excesso existe a perda de qualidade das águas, diminuição de vazão (com a diminuição da diluição), assim como carreamento de materiais para os corpos hídricos, causando ou não erosão e entradas de poluição no sistema.
- Intrusão salina que causa impacto na agricultura e abastecimento humano.
- Reservatórios e açudes sofrem com o aumento da evaporação e riscos de agravamento por meio de perdas dos açudes.
- Risco no licenciamento dos empreendimentos, com a não observação de medidas protetoras.
- Risco do aumento de incêndio e queimadas, com vasta gama de impactos nas bacias.
- Perda significativa de potencial do uso múltiplo e impacto grave nas comunidades, especialmente as mais vulneráveis.

2. Cite/identifique os riscos que já estão impactando a sua bacia hidrográfica e a segurança das infraestruturas hídricas como, por exemplo, as barragens.

- Presença de intrusão salina e contaminação dos lençóis freáticos.
- Presença de metais pesados nas áreas de mineração.
- Eutrofização dos corpos de água.
- Transição de biomas, cerrado virando caatinga devido ao aumento da seca.
- Pantanal sendo prejudicado devido à oscilação entre chuva e seca.

3. De que forma o tema das mudanças climáticas está sendo tratado no âmbito do seu comitê de bacia?

- O tema não é tratado, pois os comitês estão preocupados com outros problemas, “apagando incêndio” e não conseguem olhar para mudanças climáticas.
- Dentro das revisões dos planos e dos editais estão tratando o tema de mudanças climáticas no planejamento; no termo de referência, o plano tem que considerar, mas não tem ação específica.
- em alguns comitês houve curso de capacitação relacionado ao tema de mudanças climáticas.
- Trazer o debate para dentro do CBH de forma efetiva.
- Curso de capacitação relacionado ao tema de mudanças climáticas feito pela Cetesb e os participantes fizeram projeto para tentar captar recursos nacionais e internacionais para financiar esses projetos.
- Exemplo legal do DF é que a cada 6 meses publicam cenários relacionados a mudanças climáticas e à situação hídrica no DF e estão implantando um sistema de monitoramento de chuvas intensas.
- No Paraná, por exemplo, trabalhamos projetos de segurança hídrica e reservação de águas.
- Precisa de maior engajamento e necessidade de trazer para dentro do grupo do comite a expertise de fora.
- Inserir no planejamento, pois as ações são mais voltadas depois que o desastre acontece. Avaliar quais locais vão ser mais afetados com as mudanças climáticas.
- Existe muita confusão entre conceitos, pois as ações vinham mais sobre educação ambiental. A restauração não é relacionada ao planejamento.



4. Que ações de adaptação você sugere para a sua bacia, no âmbito do CBH?

- Incluir nos planos de bacia.
- Trazer o debate para dentro do CBH de forma efetiva.
- Educação ambiental dos proprietários às margens do rio.
- Trazer a juventude para discussão.
- Fortalecimento dos programas de PSA.
- Medidas adaptativas por meio de barramento nas áreas de maior escassez.
- Políticas públicas que fomentem soluções baseadas na natureza, por exemplo, parques lineares, jardins de chuva, etc.
- Valorização e reconhecimento dos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.
- Incentivo à formação de brigadas de combate a incêndio no âmbito dos CBH.
- Implementação de marcos regulatórios para fins de racionamento.
- Aumento do poder de decisão dos CBH com relação a outorga e licença onde há impacto nas bacias, não só lidar com o problema depois que o impacto aconteceu.
- Questão dos dados, solicitar dados dos institutos climáticos, com variáveis mais amplas.

5. Como os instrumentos da PNRH podem ser aprimorados visando a adaptação às mudanças climáticas?

- Revisão e atualização dos planos, desde PNRH, planos de Bacia e planos estaduais, que eles contemplem a temática de mudanças climáticas.
- Que os planos nacionais e estaduais respeitem as especificidades de cada bacia, já que os comitês e as bacias não se enxergam nesses planos maiores.
- Realização do reenquadramento das bacias hidrográficas de acordo com as mudanças climáticas já observadas, preparando-as para mitigação ou adaptação dos efeitos locais.
- Onde não houve enquadramento, realizar já contemplando as mudanças climáticas.
- Ampliação dos sistemas de informação contemplando os dados dos municípios.
- Priorizar compensação aos municípios que contemplem em seus PDOT a execução do plano de recursos hídricos na bacia.
- Revisão das outorgas considerando as mudanças climáticas.
- Unificar metodologias de outorga no âmbito da ANA e dos estados.
- Integração da PNRH com o gerenciamento costeiro.
- Mais autonomia na questão da regionalização.
- CBHs devem participar da elaboração da legislação ligada a recursos hídricos.
- Indicadores climáticos que levem em conta as informações populacionais.
- Comitês estaduais deveriam ter mais força de decisão e influenciar mais na gestão dos recursos hídricos.
- Revisão dos Planos de recursos hídricos.
- No enquadramento, atualizar os parâmetros, já que os que existem não servem, atualizando e colocando os cancerígenos e o micro lixo dentro dos parâmetros da qualidade da água.
- Ampliar a outorga para novas economias, como turismo, que não paga e usa e abusa dos recursos hídricos de rios, nascentes, lago e etc.
- Revisão da cobrança em função de novas áreas econômicas.



PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO

PARTICIPANTES

- Moderação: Márcio de Araújo Silva - ANA
- Palestrantes: Diana Leite Cavalcanti - ANA
Luciana Zago - ANA
- Debatedores: Allan de Oliveira Mota - GPLAN/IGAM
Raissa Guedes - AGEVAP
Ingrid Delgado - AGEVAP
Marina Assis - AGEVAP

PERGUNTAS

1. Quais estratégias podem ser adotadas para a elaboração de planos mais realistas?
2. Como melhorar o engajamento dos membros dos CBHs e da sociedade durante a elaboração dos planos e da proposta de enquadramento?
3. Qual é o papel dos CBHs na implementação do plano e como manter o plano dinâmico e atualizado?
4. Quais estratégias podem ser adotadas para integrar planos de bacias afluentes ao plano da bacia compartilhada?
5. Como suprir as lacunas de informações para os trechos sem monitoramento para um enquadramento mais realista?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Quais estratégias podem ser adotadas para a elaboração de Planos mais realistas?

- Capacitação com linguagem acessível.
- Mobilização dos entes e compartilhamento das informações.
- Garantir e implementar recursos financeiros.
- Criar estrutura de governança do plano.
- Traçar objetivos e metas estratégicas.
- Oficinas com participação da sociedade.
- Levantamento de dados em campo.
- Considerar os recursos disponíveis.
- Gerir investimentos e pagamentos.
- Estruturação e fortalecimento do SINGREH.
- Diagnostico baseado no "ZAP" por microbacias.
- Transversalidade nas ações.
- Contratação de empresas com conhecimento na área.

2. Como melhorar o engajamento dos membros dos CBHs e da sociedade durante a elaboração dos planos e da proposta de enquadramento?

- Utilizar agentes multiplicadores locais.
- Educação básica e contínua.
- Investimentos iniciais e constantes com cobrança.
- Engajamento de liderança política.
- Ampliação e eficiência em divulgação.
- Liderança e interesse do poder público.
- Delegar competências e responsabilidades das CBHs.
- Capacitar os membros da CBHs e a sociedade.
- Estabelecer uma linguagem acessível com menos tecnicidade.
- Implementar a cobrança efetivamente.
- Apoio do órgão gestor e demais atores.
- Reuniões itinerantes incentivando participação em larga escala.

3. Qual é o papel dos CBHs na implementação do plano e como mater o plano dinâmico e atualizado?

- Incentivo de recursos financeiros.
- Traçar parceria e compromisso com o poder público.
- Comunicação contínua entre o CHB.
- Estabelecer linguagem acessível.
- Estabelecer grupos de trabalhos intersetoriais.
- Definir e acompanhar indicadores para avaliar.
- Articulação entre instituições com serviços compartilhados.
- Acompanhamento e fiscalização da implementação.
- Investir em formação, informação e divulgação do plano.
- Equilíbrio de segmentos.
- Garantir a execução do plano.
- Mobilização da sociedade.
- Investir em fiscalização e acompanhamento dos projetos.



4. Quais estratégias podem ser adotadas para integrar planos de bacias afluentes ao plano da bacia compartilhada?

- Inversão de bacias afluentes para bacias compartilhadas.
- Descentralização de ações e inclusão de municípios.
- Expedições multidisciplinares periódicas.
- Articulação entre comitês e gestão compartilhada, com a implantação de um banco de informações.
- Conhecer a realidade dos planos trabalhados: as divergências, convergências e ausências.
- Compartilhamento integrado das bases de informações e metodologias.
- Priorizar ações práticas, principalmente em áreas críticas.
- Aprovar o Plano de Bacias como uma Lei Municipal.
- Alinhamento das ações federais considerando as especificidades dos afluentes.
- Articulação dos afluentes com o CBH federal.
- Implementar instância de integração no CBH federal com representatividade ampliada.
- Dialogar com a sociedade local.
- O plano dever ser exequível.

5. Como suprir as lacunas de informações para os trechos sem monitoramento para um enquadramento mais realista?

- Utilizar geoprocessamento e sensoriamento remoto.
- Monitoramento participativo.
- Kits de parâmetros qualitativos da água e monitoramento móvel.
- Investir em estudos para implantar o monitoramento.
- Buscar parceiros que forneçam suporte para efetivação do enquadramento.
- Busca ativa de informação na sociedade.
- Inserir bioindicadores e indicadores socioeconômicos.
- Implementar uma plataforma integrada de monitoramento entre o Poder Estadual e municipal com o comitê CBH.
- Interpolação e extrapolação de dados.
- Preenchimento de lacunas com experiências/conhecimento local e regional.
- Compartilhamento de bases de dados para os diversos monitoramentos com fins específicos.
- Estabelecer parcerias com iniciativas privadas e universidades.
- Rede de monitoramento em tempo real.
- Traçar diagnósticos pontuais ou privados.
- Atualizar legislação.
- Incentivar a participação da base na consolidação de informações.
- Comprometimento do órgão gestor.
- Modelagem matemática de qualidade.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

PARTICIPANTES

- Moderação: Henrique Pinheiro Veiga (SIP/ANA) e Jane Fátima Fonteneles Fontana (SAS/ANA)
- Palestrantes: Tibério Magalhães Pinheiro e Henrique Pinheiro Veiga (SIP/ANA)
- Debatedores: Dirceu Costa (CBH Alto São Francisco – CBH SF1)
Ricardo Bruno Rodrigues da Silva (CBH Capibaribe)

PERGUNTAS

1. Como identificar e capacitar mobilizadores locais? Quais as estratégias mais efetivas e como colocá-las em prática? Quem pode mobilizar? Município, sociedade civil, CBHs?
2. Como permitir que outras entidades e organizações participem dos projetos (além das que compõe os CBHs), possibilitando mais controle social, transparência e sustentabilidade?
3. Como os CBHs podem contribuir para estruturar e implementar projetos?
4. Como institucionalizar e enraizar os projetos de modo a dar perenidade?
5. Como os CBHs poderiam integrar e participar de forma ativa nas estruturas locais e regionais de gestão de projetos? Como superar os obstáculos burocráticos, técnicos e financeiro para o ganho de escala dos projetos?
6. Considerando a necessidade de recursos perenes para garantir que os resultados se sustentem no longo prazo e as várias etapas do projeto - mobilização, elaboração de projetos, implementação das intervenções, PSA, monitoramento e avaliação, manutenção, capacitação e divulgação, como os recursos da cobrança poderiam ser utilizados?
7. Os projetos de PSA necessitam e recursos financeiros significativos para sua implantação e pagamentos aos proprietários. Como obter recursos perenes para a implantação dos projetos?
8. Como os CBHs podem participar do acompanhamento e monitoramento dos impactos e resultados dos projetos?
9. Como inserir os projetos de forma mais estruturada nos Planos de Recursos Hídricos – Planos de Bacia, Planos Estaduais?

DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Como identificar e capacitar mobilizadores locais? Quais as estratégias mais efetivas e como colocá-las em prática? Quem pode mobilizar?

Município, sociedade civil, CBHs

- Identificar através de órgãos municipais ou locais abordando proprietários com nascentes. Por meio de estratégias de conscientização, melhorias na produção de água, vantagens de implementação. Por agentes como: municípios, associações, estado, CBHs, sociedade organizadora.
- Utilizar a estrutura e RH de órgãos de extensão rural dos estados e municípios, sindicatos, associações e cooperativas para identificar mobilizadores. Além de sensibilizar e mobilizar atores locais por meio de estratégias institucionais estaduais e municipais por meio de campanhas de comunicação.
- Divulgar as ações da CBHs. Fazendo o levantamento de pessoas/associações engajadas; identificar parceiros das CBHs. Contratar empresas para divulgação/marketing a fim de estimular o engajamento. Por meio de associações, o poder público e CBHs.
- Integrar instituições com interface com os produtores rurais. Visando, trabalhar a percepção de pertencimento dos produtores para que eles se tornem disseminadoras, por meio de oficinas e ações participativas. Com mobilização dos autores locais, em articulação com os CBHs e municípios.
- Através de criação de UGP's a partir de iniciativa dos municípios. Por meio de sindicatos rurais, secretaria de agricultura, usuários e ONGs.

2. Como permitir que outras entidades e organizações participem dos projetos (além das que compõe os CBHs), possibilitando mais controle social, transparência e sustentabilidade?

- Convidar a comunidade.
- Promover arranjos institucionais e parcerias com interesse comum.
- Construção de plano da comunicação e estratégias de comunicação.
- Realizar reuniões itinerantes ao longo da bacia para ampliar a divulgação das ações/projetos do comitê aumentando o número de interessados.
- Por meio da instituição de grupos de trabalho e unidades gestoras de projeto dos municípios.
- Mapear atores que podem atuar em parcerias.
- Através de participação local na UGP.

3. Como os CBHs podem contribuir para estruturar e implementar projetos?

- Discussões em câmaras técnicas e plenárias CBH.
- Envolver a comunidade através de palestras educativas .
- Plano de capacitação dos membros do CBHs.
- Articular com a implementação de ações para a resolução de problemas locais.
- Capacitar pessoas/membros a fim de realizar diagnósticos da realidade.
- Confrontar levantamentos técnicos/científicos dos problemas ou pontos fortes.
- Identificar áreas prioritárias e potenciais para a implementação dos projetos e inserir no PAP e POA .
- Criando normativas que permitam a estruturação de projetos por meio de suas câmaras técnicas.

4. Como institucionalizar e enraizar os projetos de modo a dar perenidade?

- Critérios de definição de áreas.
- Formalização e detalhamento do programa.
- Criação de políticas públicas, projeto de lei para efetivação do projeto.
- Aprovação de políticas públicas e legislação específica.
- Estabelecimento de parcerias público/privadas.
- Colocar em prática regramento.
- Sentimento de pertencimento do agricultor.
- Mobilização comunitária.
- Inserir no plano de bacia e buscar meios de inserir como política pública.
- Por meio de instituições legais (resoluções e deliberações).
- Regulamentar e popularizar a lei federal PSA.
- Criar metodologia padronizada.
- Criar grupos de trabalho institucionais de âmbito local.
- Engajamento de prefeituras.
- Via legislação estadual e municipal de grupos de trabalho para incluir a cobrança dentro do plano dos comitês de bacia.

5. Como os CBHs poderiam integrar e participar de forma ativa nas estruturas locais e regionais de gestão de projetos? Como superar os obstáculos burocráticos, técnicos e financeiro para o ganho de escala dos projetos?

- Fomentar a elaboração do projeto através da disponibilização de recursos.
- Colaboração da câmara técnica na aprovação de projetos.
- Estruturar os comitês em sub-bacias com áreas menores para tornar a representatividades mais abrangente.
- Emponderar os CBHs, como agentes locais e relacionar para o desenvolvimento sustentável.
- Criação de consórcios intermunicipais em unidades estratégicas.
- Chamar prefeito(a) para ser parceiros(as).
- Equipe CBH para elaborar projetos.
- Maior autonomia dos CBH.
- Estabelecer o comitê de bacias como a instituição verificadora dos produtos.
- Criar canais de comunicação para que os municípios /instituições comuniquem ao CHB para que adote ações relacionadas aos recursos hídricos.
- Organizando e validando os grupos de trabalho de âmbito local.
- Fazer com que o comitê faça parte da estrutura de gestão de projetos e que o representante seja embasado pelo grupo de trabalho estabelecido no âmbito do colegiado.

6. Considerando a necessidade de recursos perenes para garantir que os resultados se sustentem no longo prazo e as várias etapas do projeto - mobilização, elaboração de projetos, implementação das intervenções, PSA, monitoramento e avaliação, manutenção, capacitação e divulgação, como os recursos da cobrança poderiam ser utilizados?

- Destinar um percentual do arrecadado para o PSA.
- Os recursos da cobrança podem contribuir, porém são insuficientes para atender todas essas demandas.
- Assegurar maior percentual da cobrança para implementação de projetos e agendas.
- Separar um percentual para os programas de "PSA", através de deliberação normativa votada com comitês.
- Implementar e institucionalizar a cobrança.
- Quando há cobrança, definir a alocação de recursos por meio de regulamentação.
- Através de medidas mitigatórias, compensatórias no licenciamento ambiental dos empreendimentos, a exemplo do SNUC.
- Porcentagem da cobrança do comitê para projetos de PSA e benefícios aos usuários que financiem projetos privados de PSA, com recursos financeiros ou materiais. Além do percentual vindo da conta de serviços básicos destinados a programas de PSA.

7. Os projetos de PSA necessitam de recursos financeiros significativos para sua implantação e pagamentos aos proprietários. Como obter recursos perenes para a implantação dos projetos?

- Cobrança pela utilização da água.
- Inclusão de rubrica de recursos para o PSA.
- Destinação específica de recursos, federais, estaduais e municipais.
- Complementação ambiental aplicada em PSA.
- Recursos de concessionárias da iniciativa privada.
- Implementar cobrança e estabelecer parcerias.
- Propor que os usuários financiem os pagamentos.
- Propor a redução de impostos aos produtores como forma de incentivo.
- Trabalhar a mobilização dos produtores para a transição de pagamento por serviços ambientais para o reconhecimento por serviços ambientais.
- Através de repasses de programas, taxas de usos da água e arrecadações específicas.
- Implementar, por meio de agência reguladora, normas que garantam recursos ainda no processo de aprovação dos projetos de interesse para aplicação pelos serviços de água.



8. Como os CBHs podem participar do acompanhamento e monitoramento dos impactos e resultados dos projetos?

- Criação de câmara técnica específica.
- Acompanhamento periódico e contínuo via câmaras técnicas.
- Por intermédio de parceria com universidades e institutos de pesquisa.
- Fazer parte da coordenação dos projetos.
- Participar da gestão dos projetos.
- Criar câmaras técnicas e grupos de trabalho.
- A partir de editais de acompanhamento das ações e comissões específicas para fiscalizar.
- Estabelecer metas e objetivos com cronograma de execução.
- Buscar parceiros/usuários interessados na bacia para investirem nos projetos macros aprovados nos CBH's.

9. Como inserir os projetos de forma mais estruturada nos Planos de Recursos Hídricos – Planos de Bacia, Planos Estaduais?

- Através do conselho estadual de RH.
- Com autores definidos e capacitados, planejamento estratégico, definição de responsabilidades, metodologia adequada, plano de ação e programa de investimentos.
- Articular junto ao poder público a participação das CBHs nos diversos planos de recursos hídricos.
- Inserir programas e ações no PIRH.
- Priorizar a revitalização de locais e articular o PSA como uma consequência do processo.
- Prevendo ações de capacitação e monitoramento da aplicação dos recursos de programas PSA nos instrumentos de gestão e planejamento dos comitês.
- Criar roteiro metodológico para elaboração dos planos de gestão de mananciais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS ESCOLAS

PARTICIPANTES

- Moderadora/Palestrante: Renata Maranhão - ANA
- Debatedor: Porfírio Loureiro – AESA/PB
- Debatedora: Andrea Borges - Consórcio PCJ

PERGUNTAS

1. Que experiências inspiradoras conhecemos em relação à EA com foco na gestão integrada de recursos hídricos e saneamento e como aprofundar a abordagem desses temas no planejamento da escola?
2. Como o cbh pode contribuir para incrementar a abordagem do tema água no contexto da realidade escolar? Quais temas devem ser tratados no espaços escolar?
3. Como o cbh pode contribuir no processo de formação de profissionais da educação e demais integrantes da comunidade escolar?
4. Quais instituições podem contribuir com a inserção do tema da água na escola? Como o cbh pode articular estas instituições para o desenvolvimento de ações integradas?
5. Quais estratégias podem favorecer o desenvolvimento e fortalecimento de ações estruturantes que fomentam a inserção do tema da água nas escolas? Como potencializar a troca de materiais/conteúdos entre as instituições, cbh e as escolas?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Que experiências inspiradoras conhecemos em relação à EA com foco na gestão integrada de recursos hídricos e saneamento e como aprofundar a abordagem desses temas no planejamento da escola?

- Coordenação, capacitação em curso e logística: município, comitê de bacias, universidades para a elaboração de resíduos sólidos e saneamento.
- Formação continuada de professores em segurança hídrica.
- Campanhas educativas.
- Cursos em extensão em E.A. - empresas com certificações.
- Construção da política municipal de E.A de Foz, Toledo e Cascavel.
- Coletivos Educadores de E.A. com envolvimento das Secretárias dos municípios.
- Pesquisa em campo com alunos capacitados inserindo informações em um app, contemplando os ODS's, promovendo uma rede de conhecimento e agendas temáticas participativas (INEA).
- Fórum Juventude 2030: 25 cidades do RJ, com base nos ODS's (Defensores do Planeta).
- Identificação de Nascentes (Projeto Guardiões das Nascentes) por meio de app, envolvendo a comunidade.
- Por meio de comitês infanto-juvenis.
- Por meio comitês de bacia criarem planos/ documento orientador que dialoga com as políticas nacionais da educação (currículo).
- Por meio de integração das esferas de poder e instituições.
- Por meio de identificação de fontes de financiamento público.
- Contribuições CBH na escola por meio de eventos (palestras, teatro, etc), parcerias, formações/capacitações, projetos de extensão e pesquisa, comitê na escola.
- Centro de educação ambiental: Ponta Grossa/PR.
- Centro Comunitário de ponta do Mel: Areia Branca/RN.
- Grupo coletivo educador: Toledo/PR.
- Parceria Provada com poder público: Dom Joaquim/MG.
- Gestão Integrada.
- Por meio de cooperação e parcerias entre: NRE (Núcleos Regionais de Educação) + Setor privado + prefeituras + CBH + Universidades.
- Formação e capacitação de professores/educadores.
- Por meio de linguagem simples, acessível e adequada aos diferentes grupos sociais
- Institucionalização da E.A. nas escolas.

2. Como o CBH pode contribuir para incrementar a abordagem do tema água no contexto da realidade escolar? Quais temas devem ser tratados no espaço escolar?

- Qualidade da água.
- Uso nacional da água.
- Informações sobre desvios da água, vazamentos, perdas, etc.
- O que são os CBHs? e para que servem?
- Preservação das nascentes.
- Resolução de conflitos-gestão.
- Revitalização de bacias.
- Comitê de bacia.
- Reciclagem e reuso.

- Sustentabilidade.
- Qualidade da água.
- Segurança hídrica.
- Conscientização.
- Escassez hídrica.
- Educação e capacitação continuada.

3. Como o CBH pode contribuir no processo de formação de profissionais da educação e demais integrantes da comunidade escolar?

- Instituir um núcleo de E.A. (multidisciplinar/pelo CBH).
- Atribuição do poder público (Municipal, Estadual e Federal).
- Visitas técnicas para que os professores possam se adequar a realidade
- Formalização de parcerias entre CBHs/Secretarias da Educação e Meio Ambiente.
- Incentivo aos professores (certificados).
- Capacitar a equipe técnica dos CBHs e Secretarias Executivas.
- A educação ambiental deverá partir da problemática do local.
- planejar principais roteiros para serem explorados.
- O problema é pontual, porém explorá-lo, trazer soluções e colocá-las em prática é essencial.
- Ônibus adaptado para fazer E.A. em diferentes locais.
- Usar as empresas que precisam fazer compensação ambiental (Recursos e parcerias).
- Revisar o Plano de Bacias para partir do diagnóstico.
- Estratégias de desenvolvimento e fortalecimento.
- Elaboração de cartilhas e articulação com as secretarias municipais de educação.
- Articulação com os municípios que compõem o comitê.
- Criação de um colegiado para gestão de água nos municípios, composto por lideranças dos poderes públicos, sociedade civil e usuários.
- Atuação de forma institucional, multidisciplinar, resgatando os saberes locais em relação aos usos da água.
- Articular junto ao estado para inclusão nos currículos escolares, a elaboração de projetos e capacitações com os professores de forma multidisciplinar no tema relacionado a bacias hidrográficas, uso racional da água, preservação ambiental e outros temas correlatos.
- Promoção de eventos estaduais e regionais que contemplem as atividades com jovens (quilombolas, pescadores, indígenas, agricultores familiares e concernida de em geral), para a construção de multiplicadores que repliquem os conhecimentos aprendidos em suas comunidades e escolas.
- Utilização de materiais sustentáveis e de origem local para confecção de didáticas e desenvolvimento de eventos.
- Fomentar a economia solidária e local.
- Potencialização de troca de materiais/conteúdo.
- Criar uma aba no site dos comitês para a inclusão de materiais didáticos, metodologias africanas, cursos de capacitação e estudos de caso para disponibilização e integração das informações.



4. Quais instituições podem contribuir com a inserção do tema da água na escola? Como o cbh pode articular estas instituições para o desenvolvimento de ações integradas?

- Empresas de água, esgoto.
- Ministério da educação.
- Secretarias de educação Estaduais e Municipais.
- Secretarias meio ambiente, agricultura e pesca.
- Cia.pesquisa recursos minerais.
- ONG's.
- Conselhos de M.A. Federal, Estadual e municipal.
- Câmaras municipais.
- Ministério público.
- Colônia de pescadores.
- Articular parcerias para fomentar ações E.A nas escolas.
- Promover audiências públicas nos legislativos hidroambiental.
- Organização de programas de programas de capacitação de gestores escolares, para transversalidades no programa político pedagógico.
- Fixação do conceito de educação hidroambiental.

5. Quais estratégias podem favorecer o desenvolvimento e fortalecimento de ações estruturantes que fomentam a inserção do tema da água nas escolas? Como potencializar a troca de materiais/conteúdos entre as instituições, cbh e as escolas?

- Representação das universidades nos Comitês para: plano de manejo, ACT e projetos de EA.
- Autonomia dos comitês na gestão dos recursos financeiros para aquisição de equipamentos, fomento de projetos, etc.
- Capacitação dos Comitês para promover as ações de E.A. em parceria com professores nas escolas.
- Elaboração de atividades de investigação em parceria com as escolas para fomentar o tema a partir das TICs e CTS (BNCC).
- Repasse direto da compensação ambiental para fomentar as ações de EA.
- Via comitê (transparência).
- Garantir a participação de representantes da educação básica no CBH.
- Articulando ações e projetos de E.A nas escolas envolvendo os recursos com parcerias entre instituições (ANA, CBH, Universidades, escolas, secretarias, defesa civil).
- Formação docente (capacitação) para o envolvimento com questões relacionadas a água de forma permanente e continuada.
- Compartilhar ações e projetos de educação para a água que possam ser replicados, incluindo materiais didáticos.
- Reverter parte dos recursos provenientes de multas e taxas de serviços ambientais para fortalecer os projetos de educação para a água.
- Propor novas políticas públicas municipais e estaduais que fortaleçam as ações e projetos voltados a educação para a água (ensino formal).

AS MULHERES NA GESTÃO DAS ÁGUAS

PARTICIPANTES

- Moderadora: Izabela Santana - ANA
- Palestrantes: Ana Carolina Argolo Castro (Diretora/ANA)
Mariane Ravello - ANA
- Debatedoras: Fernanda Matos - UFMG
Daniela Nogueira – ProfÁgua / UNB

PERGUNTAS

1. Considerando as reflexões apresentadas sobre equidade de gênero, qual o contexto vivenciado na sua bacia hidrográfica? (momento divã)
2. Você acredita que as questões relativas à equidade de gênero são tratadas no âmbito dos organismos colegiados de gestão das águas (com base no organismo - SUB, CBH, CERH, CT do participante)? Se sim, exemplifique como.
3. Pensando nestes cenários: sua bacia, colegiados, sua organização. É possível identificar boas práticas a serem compartilhadas? Você poderia dar exemplo?
4. Na sua opinião quais ações poderiam ser tomadas (curto, médio e longo prazo) para avançar na sua organização e/ou comitê de bacia em direção a uma maior equidade de gênero?
5. Na sua visão, como o FNCBH e a ANA podem apoiar ações que promovam a equidade de gênero?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Considerando as reflexões apresentadas sobre equidade de gênero, qual o contexto vivenciado na sua bacia hidrográfica? (momento divã)

- As lideranças são em sua maioria masculina (70% dos membros de comitês) tanto em cargos de lideranças como demais cargos, além de homens são ainda mais velhos também, sendo mínima a participação de mulheres novas, negras e indígenas.
- Na realidade a questão não é numérica, é representatividade, as poucas mulheres que participam das instancias colegiadas são atuantes.
- As mulheres têm o conhecimento técnico, porém não tem nem voz nem poder da decisão.
- Existe uma subserviência veladas estimulada pelas próprias mulheres com suas colegas.
- A credibilidade das mulheres em posição de representatividade é questionada pelas próprias mulheres, falta empatia.

2. Você acredita que as questões relativas à equidade de gênero são tratadas no âmbito dos organismos colegiados de gestão das águas (com base no organismo - SUB, CBH, CERH, CT do participante)? Se sim, exemplifique como.

- Na grande maioria dos comitês aqui representados não existe discussão sobre tema gênero, com exceção do CBH Coreaú e CBH Velhas.
- Não são tratadas e mais do que uma questão de equilíbrio é uma questão de justiça social e reparação histórica.
- A equidade é baixa, mas o crescente posicionamento da mulher e sua segurança técnica em diversos temas abordados favorecerá a inserção e o respeito dos seus pares.

3. Pensando nestes cenários: sua bacia, colegiados, sua organização. É possível identificar boas práticas a serem compartilhadas? Você poderia dar exemplo?

- No CBH Coreaú existe um GT criado para discutir o tema gênero e água, e ainda faz parte das metas do plano do comitê.
- No CBH Velhas: são realizados webnários e materiais didáticos sobre o tema.
- Subcomitê Saquarema, Jaconé, Jacarepiá e Manhauçu tem projetos de água e gênero.



4. Na sua opinião quais ações poderiam ser tomadas (curto, médio e longo prazo) para avançar na sua organização e/ou comitê de bacia em direção a uma maior equidade de gênero?

- Normatizar a presença de lideranças femininas, criando mecanismos legais para ampliar a participação feminina, talvez criar obrigatoriedade de cotas.
- Fomentar a sororidade (união entre as mulheres), evitar a competição.
- Engajar, empoderar e capacitar lideranças femininas, desde a infância – foco nas meninas.
- Gerar competência, currículos e determinação entre as mulheres.
- Divulgar experiências exitosas e exemplos de casos de sucesso.
- Garantir equidade de gênero nas diretorias e câmaras técnicas dos comitês.
- Mapear e divulgar lideranças femininas com experiência de sucesso.
- Criar instâncias de discussão do tema (grupos de trabalho, câmaras técnicas sobre gênero e água).
- Promover eventos e encontros para a discussão do tema.
- Estímulos financeiros a projetos de extensão que apoiem mulheres empreendedoras.

5. Na sua visão, como o FNCBH e a ANA podem apoiar ações que promovam a equidade de gênero?

- A ANA deveria propor metas de equidade de gênero em programas de fortalecimento do sistema, como o Progestão e o Procomitês.
- Apoiar ambientes com representatividade feminina em ambientes acadêmicos.
- Promover ações de capacitação em comitês e outras colegiados.
- Fomentar políticas públicas para incorporar questões de gênero.
- Propor alterações na legislação vigente - revisão das leis federais até menor instância.
- Realizar campanhas para incrementar a visibilidade de mulheres atuantes.
- Sensibilizar presidência e secretarias executivas dos comitês com as estatísticas apresentadas na oficina (criar plano de comunicação e divulgação dos dados).
- Criar espaços para mulheres levarem filhos e conseguirem amamentar nas reuniões dos comitês.
- Produzir materiais didáticos para empoderamento das mulheres e cartilhas informativas sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

GESTÃO DA ÁGUA E GESTÃO DE CONFLITOS (JORNADA ONLINE)

Moderador: Luis Gustavo Miranda Mello

Palestrantes:

Iara Bueno Giacomini

Coordenadora da Coordenadoria de Recursos Hídricos da SIMA-SP

Zaki Shubber

Advogada especialista em direito internacional da água e em resolução de conflitos pelo uso da água. Universidade Queen Mary de Londres, Inglaterra.

Stuart E. Bunn

Diretor fundador do Instituto Australiano de Rios da Universidade Griffith, em Brisbane, Austrália. Membro da Agência de Bacias Murray-Darling, a mais conflituosa da Austrália

Valmir Pedrosa

Universidade Federal de Alagoas

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u946jiWU4-0>

The banner features the logo of the XXIV ENCOP (22nd International Conference on Water Resources) on the left, with the dates '22 a 26 de AGOSTO de 2022' and the location 'Foz do Iguaçu - Paraná'. The main title is 'JORNADA VIRTUAL INTERNACIONAL GESTÃO DE ÁGUAS É GESTÃO DE CONFLITOS'. On the right, there is a QR code and the text 'QUEM ESTÁ NESSA JORNADA? Acesse o questionário e conte pra gente!' with the URL 'https://jGZGA'. At the bottom left, the contact information for Iara Bueno Giacomini is provided: 'Iara Bueno Giacomini, iarabg@sp.gov.br, Coordenadora de Recursos Hídricos, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo'. Logos of the organizing institutions are visible at the bottom right.



GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

PARTICIPANTES

- Moderador/Palestrante: Luis Gustavo Miranda Mello - ANA
- Debatedora: Larissa Cayres - CBHSF

PERGUNTAS

1. O que é mais importante para que um comitê de bacia faça a mediação de um conflito pelo uso da água com sucesso?
2. Quais procedimentos ou instâncias devem existir no âmbito do comitê para resolver conflitos pelo uso da água? Em quais comitês existem esses procedimentos e instâncias?
3. Quais os tipos de conflitos pela água em sua região? Quais os atores envolvidos? Identifique qual é sua região.
4. Como o comitê pode prevenir o surgimento de conflitos pelo uso da água em sua área de atuação?
5. Você utiliza (ou, pelo menos, conhece) técnicas e metodologias para análise e mediação de conflitos pela água? Quais são elas?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. O que é mais importante para que um comitê de bacia faça a mediação de um conflito pelo uso da água com sucesso?

- Capacitação técnica das pessoas para atuar na mediação.
- Mediadores habilitados.
- Reconhecer o papel do comitê como órgão competente do Estado para a mediação.
- Acolher com imparcialidade os processos de conflitos a serem mediados.
- Acessar recursos financeiros para ter condições de trabalhar.
- Criação de um sistema de informação integrado online (governo federal, estadual, CBHs) sobre os usos da bacia.
- Levantar o histórico do conflito, os agentes envolvidos e documentar todo o processo de mediação, respeitando os atores e suas histórias.
- Antecipar possíveis cenários de conflitos.
- Acompanhar os conflitos existentes e potenciais na bacia.
- Os membros do comitê precisam conhecer bem a região e dialogar com as bases.
- O comitê tem como função realizar a mediação do conflito, respaldado na legislação de mediação.
- Representatividade do comitê.
- Empoderamento/Apoio (não foi unanimidade).
- Conhecimento da bacia com diagnóstico socioambiental - Informações.
- Comunicação e transparência entre os envolvidos no conflito – comunidade, poder público, comitê, etc.
- Reconhecer que o conflito existe.
- O comitê tem prerrogativa legal nas decisões de outorga.
- Comitê estruturado, com plano, sistema de informações, dados de balanço hídrico, enquadramento, vazão de base.
- Mobilização.
- Comunicação (levar conhecimento).

2. Quais procedimentos ou instâncias devem existir no âmbito do comitê para resolver conflitos pelo uso da água? Em quais comitês existem esses procedimentos e instâncias?

- Câmaras técnicas específicas para decidir as normas e procedimentos, após análise, são discutidos em plenárias.
- Definição de critérios para composição da câmara técnica.
- Garantir a participação das comunidades vulneráveis.
- Elaborar plano de capacitação para garantir a participação e o controle social, com linguagem acessível.
- Realizar reuniões com a plenária do CBH para discutir a tomada de decisões, levando as decisões aos órgãos competentes.
- Levar a demanda para a plenária, conciliando estudos técnicos com a vivência prática para orientar as decisões.

- Dependendo do tipo de conflito, são criados grupos de trabalho específicos.
- Criação de comissões locais de usuários.
- Acordos mediados pelo comitê e apoio do órgão gestor em áreas críticas - pactos de alocação de água.
- Câmaras técnicas com composição diversificada.
- Incorporar nos planos de recursos hídricos critérios específicos de priorização.
- Monitoramento e fiscalização do cumprimento de condicionantes e medidas mitigadoras de licenças ambientais e outorgas.
- Outorgas com anuência do comitê, câmaras técnicas definem restrições de uso (alocação negociada, irrigação escalonada etc.) em períodos de estiagem, por trechos de rio, com monitoramento.
- Outorga e cobrança pelo uso da água.
- Comitê deve garantir usos múltiplos.

3. Quais os tipos de conflitos pela água em sua região? Quais os atores envolvidos? Identifique qual é sua região.

- Santa Catarina: arrozeiros X indústria.
- Rio Araguaia: uso abusivo.
- Salvador - BA: decisões unilaterais do governo com o comitê e a sociedade.
- Goiás: assoreamento.
- Ceará: irrigação X urbano - usuários.
- Palmas – TO: usos múltiplos do lago – piscicultura, políticos, pesca artesanal, população.
- Rio das Velhas – MG: mineração X captação de água X rompimento de barragens.
- Alto Tietê - SP: saneamento X qualidade – cidades.
- Mossoró - RN: barramentos para irrigação X salinas (enquadramento de águas e fiscalização).
- Rio Ipojuca – PE: escassez e desmatamento; instalação de eólicas em APPs com mudança de legislação e normativos para grandes empreendedoras.
- Ilha Grande e Rio Bracuí: projetos de instalação hidrelétrica em área indígena; falta de comunicação da gestão; poluição urbana/industrial.
- Bacia PCJ: transposição de água X competição entre municípios - companhias de abastecimento; novo regime hidrológico (mudanças climáticas).
- Bahia: exploração dos aquíferos subterrâneos e mortandade das nascentes para irrigação.
- Bahia e Mato Grosso: contaminação de águas; esgoto urbano e rural (agrotóxicos) provocando mortandade de peixes.
- Mato Grosso: definição de área do Pantanal – as nascentes estão no planalto e a planície é a parte alagada.

- Bahia e Mato Grosso: contaminação de águas; esgoto urbano e rural (agrotóxicos) provocando mortandade de peixes.
- Mato Grosso: definição de área do Pantanal – as nascentes estão no planalto e a planície é a parte alagada.
- CBH-PTU – MG: uso da água entre agricultores – baixa disponibilidade hídrica.
- Bacia do Cabaçal - MT: instalação de empreendimentos hidrelétricos.
- Tocantins (região sudeste do estado): entre irrigantes; turismo X geração de energia.
- CBH Piauí, Pianitinga, Pacatuba – Sergipe: lançamento de efluentes agrícolas e industriais (dificuldade de identificação da origem e tipo de poluente).
- Região Nordeste: conflitos irrigação X indústria; reservatórios que abastecem vários setores; escassez de água.
- Região Norte: garimpo de ouro; garimpo de cassiterita (indígenas X garimpeiros); poluição das águas e desmatamento da bacia; assoreamento dos rios; PCHs X turismo.
- Região sul: piscicultura; irrigação; lançamento de efluentes X água para irrigação.
- Região sudeste: PCHs/ UHES; usinas; irrigante X irrigante; irrigante X abastecimento público; irrigante X indústria; barramentos X usos prioritários.

4. Como o comitê pode prevenir o surgimento de conflitos pelo uso da água em sua área de atuação?

- Imparcialidade nos interesses pelos recursos hídricos.
- Paridade no poder de regulação.
- Equidade no poder de decisão.
- Capacitação dos CBHs.
- Estruturação e fortalecimento dos CBHs.
- Monitoramento/ Acompanhamento dos usos dos recursos hídricos.
- Monitoramento dos recursos naturais.
- Plano de recursos hídricos.
- Educação ambiental na bacia.

5. Você utiliza (ou, pelo menos, conhece) técnicas e metodologias para análise e mediação de conflitos pela água? Quais são elas?

- É necessário: neutralidade do mediador; conhecimento dos lados do conflito.
- Metodologias: mapa falado - regionalização dos conflitos; matriz de ameaças e desafios – FOFA.
- É necessária a presença dos diferentes setores da sociedade – envolver as comunidades.

- O CBH media o conflito reunindo os envolvidos - comissões gestoras locais; outorgados e outorgáveis; técnicos - por meio de mobilização.
- Metodologias: mural dos sonhos; árvore de problemas; world café (compartilha e pactua).
- Isolar conflitos por área.
- Criar critérios de priorização de usos para orientar - abastecimento humano, agro e indústria (outorgado, parcialmente outorgado, irregular, ponto novo, ampliação).
- Importante o monitoramento.
- Declaração de conflito via decreto estadual/MP.
- Termo de alocação de água, assinado pela ANA.
- Roda de conflitos de Vicent Ostrow (1990).
- Diálogo com as partes interessadas.
- Criação de GTs com equipe técnica.
- Compartilhamento de informações.
- Clareza e construção de confiança entre os atores.
- Capacitação do comitê para mediação de conflitos.
- Comunicação não-violenta.
- Envolver as IES nas discussões.
- Compartilhamento de informações.
- Financiamento, por parte do CBH de pesquisas e estudos.
- Antecipar conflitos (previsão de disponibilidade hídrica).
- Informações sobre disponibilidade X demanda.
- Metodologia IGAM-MG (e a do Ceará tem semelhanças).
- Declaração de área de conflito (DAC).
- Criação de CGLs (Comissões Gestoras Locais).
- CGLs discutem a alocação de água.
- Não havendo consenso, é levado para deliberação dos CBHs.
- Outorgas coletivas.
- Metodologia IAT – PR.
- Identificação do conflito (onde demanda supera disponibilidade).
- Identificação dos usos existentes (outorgados ou não).
- Regularização dos usos ainda não outorgados.
- Reunião de alocação negociada (convocada pelo comitê) para definição da divisão de recursos, elaboração do termo de alocação e estabelecimento de metas progressivas.
- Etapas: Há conflito? Identificação de pontos convergentes e divergentes.
- Diálogo com as partes para tentar conciliação dos divergentes; estudar problemas da bacia para possíveis soluções.



COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

PARTICIPANTES

- Moderador: Osman Fernandes da Silva – ANA
- Palestrante: Marco Antonio Amorim - ANA
- Debatedores: José Maciel Nunes Oliveira - CBHSF
Thiago Santana – DGAS/IGAM

PERGUNTAS

1. Por que a cobrança está (ou não está) implementada na sua bacia hidrográfica?
2. Por que é fácil (ou difícil) pautar a discussão da cobrança num Comitê de Bacia Hidrográfica?
PREMISSAS:
 - Sempre garantida a competência do Comitê para, a qualquer momento, propor a cobrança.
 - Sempre garantido que os valores arrecadados serão destinados a implementação das ações do Plano de Recursos Hídricos.
3. Quais os pontos melhores ou piores de se estabelecer uma cobrança transitória a vigorar enquanto o Comitê não a propõe?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Por que a cobrança está (ou não está) implementada na sua bacia hidrográfica?

- Pela ocorrência de inundação e/ou Seca.
- Redução na geração de energia.
- Redução do volume (aumento nas contas de água).
- Desertificação (nuvem de poeira).
- Queimadas/desmatamento.
- Aumento de custos/infraestrutura.
- Apropriação privada da água.
- Alteração da forma dos rios e exultórios.
- Impacto na navegação/transporte.
- Perda de nascentes/captações.
- Aumento de conflitos de uso.
- impactos na pesca artesanal e agricultura.
- Aumento da judicialização.
- Aumento de ocupações irregulares.
- Aumento de desastres.
- Desabrigados/desalojados.
- Perdas no processo de aprendizagem.
- Racismo socioambiental.
- Carência de saneamento.
- Impactos na gestão (de governança).
- Impactos na economia/assistência social/defesa civil.
- Perdas no turismo/lazer.
- Planejamento territorial.
- Aumento de custos de produção.
- Readequação das obras de drenagem.
- Aumento de transposições.
- Adaptações na agricultura.
- Pesquisa em eficiência hídrica.
- Linhas de financiamento.
- Retrocessos nas políticas públicas.

2. Por que é fácil (ou difícil) pautar a discussão da cobrança num Comitê de Bacia Hidrográfica?

- Redução do volume de água.
- Irregularidades nas chuvas.
- Redução da disponibilidade hídrica nos lençóis freáticos.
- Desaparecimento das nascentes.
- Desalojamento da população.
- Intensificação dos sistemas meteorológicos.
- Redução da biodiversidade da fauna e flora.
- Falta de investimento e pesquisa.
- Flexibilidade das legislações ambientais.
- Impacto na geração de energia.
- Rebaixamento dos aquíferos.
- Impacto na pesca artesanal.
- Impacto na produção agrícola e pecuária.
- Impacto na qualidade da água.

- Impacto no turismo.
- Migração da população, refugiados do clima.
- Aumento de áreas com a finalidade de irrigação.
- Construção de empreendimentos hidrelétricos em bacias fragilizadas.
- Diminuição das áreas de proteção permanente.
- Falta de planejamento urbano/ocupação desordenada.
- Conflitos pelo uso da água entre setores e/ou usuários.
- Subdimensionamento das infraestruturas hidráulicas (ponte, barragens, obras de micro e macrodrenagem).
- Falta de monitoramentos e fiscalização das infraestruturas hídricas.

3. Quais os pontos melhores ou piores de se estabelecer uma cobrança transitória a vigorar enquanto o Comitê não a propõe?

- Aprimorar os Planos de Recursos Hídricos (PNRH, PERH e Planos de bacias) voltados às mudanças climáticas.
- Que os planos (nacional, estaduais) respeitem às especificidades dos Planos de bacia.
- Realizar o reenquadramento das bacias hidrográficas, de acordo com as mudanças climáticas já observadas, preparando para mitigação/adaptações dos efeitos locais.
- Onde não houver enquadramento, realizar já contemplando o aspecto das mudanças climáticas.
- Que o sistema de informação sobre os RH seja aprimorado para todos os municípios em site próprio.
- Priorizar compensação a municípios que contemplem em PD municipais os planos RH das bacias.
- Revisão das outorgadas- transparência e ajuste de metodologia considerando as novas mudanças climáticas nos balanços hídricos.
- Unificar a meteorologia de outorgas representando os limites e especificada das bacias.
- Integração PRH com gerenciamento costeiro.
- Implementar planos de repercussão em áreas de preservação permanente (APPD).
- Trazer o debate sobre mudanças climáticas para os CBHs.
- Implantar programas permanentes de conservação do solo, com estímulo à construção de barragens e curvas de nível, quando for o caso.
- Medidas adaptativas por meio de barramentos nas regiões com maior escassez hídrica (preservação e regularização) e aplicação de técnicas de recarga de lençol freático.
- Desenvolver políticas públicas que fomentem soluções baseadas na natureza (parques lineares, jardins de chuva).
- Incentivar a formação de brigadas de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais no âmbito dos comitês.
- Implementar marcos regulatórios para fins de racionamento.



- Gestão continuada, com envolvimento dos comitês, de adaptação aos eventos climáticos extremos.
- Instalação de barragens nas calhas e afluentes principais da bacia para uso múltiplo.
- Valorizar e reconhecer os conhecimentos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIPCTAF).
- Aumentar o poder de decisão dos CBHs com relação à outorga e licenças onde há impacto nas bacias.
- Definir os riscos e prioridades de ações locais.
- Solicitar aos institutos de eventos climáticos previsões variáveis de 90 dias.
- Revitalização de APP's.
- Fortalecimento de programas como o PSA.
- Pressionar os órgãos deliberativos para revogar as leis que vão contra a preservação.
- Articular programas de monitoramento com os institutos técnicos e universidades.
- Bordar as mudanças climáticas dentro do plano de RH da bacia.
- Desenvolver linha de financiamento para projetos de adaptação e mitigação dos impactos da mudança climática.
- Desenvolver planos de contingência para eventos extremos (Parceria DC).
- Implementação de projetos piloto para a mobilização no âmbito do comitê.
- Envolver a juventude dentro do CBH para dialogar com as questões sobre MC.
- Mobilizar o poder público municipal para qualificação técnica, diagnóstico e implantação de educação ambiental.
- Criar GT e/ou CT específico.
- Articular com os municípios para elaborar os planos municipais de mudanças climáticas.
- Abordar o tema nos relatórios de situação dos RH.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

PARTICIPANTES

- Moderadora/Palestrante: Vivyanne Melo - ANA
- Debatedores: Jefferson Nascimento - Coord. ProfÁgua/UNESP
Tadeu Malheiros - Coord. ProfCiamb/USP

PERGUNTAS

1. Como você vê o impacto da formação no mestrado na atuação no comitê? (por exemplo, pessoas que estão ao seu redor que fizeram mestrado, como foi o antes e depois? Ou como você se veria, o seu crescimento, tendo essa formação, dentro do CBH).
2. De que forma mestrados voltados à gestão de recursos hídricos e ao ensino na temática das águas podem contribuir no fortalecimento e na atuação dos comitês?
3. De que forma os produtos do mestrado sobre gestão de recursos hídricos podem ser aplicados para sua atuação em comitês?
4. Quais estudos, produtos ou temas você considera importantes que sejam desenvolvidos nos próximos anos para a melhoria do seu comitê?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Como você vê o impacto da formação no mestrado na atuação no comitê? (por exemplo, pessoas que estão ao seu redor que fizeram mestrado, como foi o antes e depois? Ou como você se veria, o seu crescimento, tendo essa formação, dentro do CBH).

- Qualificação e formação de novas lideranças da sociedade civil.
- Ampliar a transversalidade ente seguimentos de modo a ampliar a comunicação dentro e fora dos comitês.
- Fortalecimento de diálogo com tomadores de decisões.
- Implementação da lei das águas.
- Atuação dos CBH's em espaços formais e não formais de ensino.

2. De que forma mestrados voltados à gestão de recursos hídricos e ao ensino na temática das águas podem contribuir no fortalecimento e na atuação dos comitês?

- Melhorar a divulgação junto as entidades dos comitês, para que os mestrados alcancem um público que vai trabalhar na área.
- Incentivar os atores de comitês de bacias para participar das seleções de modo que melhore a divulgação nessas unidades.

3. De que forma os produtos para do mestrado sobre gestão de recursos hídricos podem ser aplicados à sua atuação no comitê?

- Formar os membros sobre a importância da gestão de recursos hídricos, sobre a bacia que atua, sobre a legislação aplicável.
- Emponderar os membros sobre seu papel e a importância do mesmo dentro do sistema do SINGRH e do CBH.
- Estimular a participação e a mobilização para exercer seus papéis.
- Subsidiar a tomada de decisões de forma mais fundamentada.

4. Quais estudos, produtos ou temas você considera importantes que sejam desenvolvidos nos próximos anos para a melhoria do seu comitê?

- Avanço na em relação a tecnologia de informação aplicada aos recursos hídricos.
- Sistemas de informações geográficas (SIG's) integrados para reunir todas as pesquisas e dados em um único de sistema de fácil acesso
- Monitoramento qualitativo e quantitativo dos aquíferos em seus diversos usos.
- Marco regulatório para reuso.
- Reuso de água residuais.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO NA GESTÃO DAS ÁGUAS

PARTICIPANTES

- Moderação: Renata Maranhão
- Palestrantes: André Marques - AGEVAP/CBH Paraíba do Sul; Josivan Cardoso - ABES
- Debatedor: Eduardo de Araújo Rodrigues - IGAM-MG

PERGUNTAS

1. Quais são as potencialidades e o que já existe na bacia hidrográfica?
2. Quais são os desafios e fragilidades na estruturação e implementação das ações? O que falta?
3. Que ações são necessárias e devem ser priorizadas, considerando a otimização dos recursos disponíveis e o contexto?
4. Como integrar planos e programas de capacitação, comunicação e educação ambiental em gestão das águas e saneamento?
5. Como as ações de educação ambiental, comunicação e capacitação podem contribuir na implementação dos planos de recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica e na integração entre eles?
6. Como o comitê pode contribuir na agenda de regulação do saneamento?
7. Como fortalecer e garantir a execução das ações pactuadas nos planos de EA, comunicação e capacitação? Como implementar as ações de educação ambiental, comunicação e capacitação de forma integrada e estratégica?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Quais são as potencialidades e o que já existe na bacia hidrográfica?

- Parceiras e participação de diversas Entidades.
- Existência de câmara técnica.
- Agentes mobilizadores - abrangência efetiva da sociedade civil.
- Plano político pedagógico mediado pela EA no Parque Nacional do Iguaçu (em elaboração).
- Comitês nas escolas (PB).
- Capacitação nas escolas estaduais.
- Promover encontros para trocar de experiências entres os comitês e produtores rurais.
- Interdisciplinaridade dos membros do CBH.
- Possibilidade de parcerias entre instituições.
- Compartilhamentos de experiências; museu ambiental, Casa do Velho Chico.
- EA em espaços não formais.
- Redes sociais: utilizar o ambiente digital para fomentar/potencializar as ações de educação/comunicação.
- Conhecer gestão e governança, das águas, considerando o papel dos comitês de bacia, cuja composição é TRIPARTITE.
- Exercer as representatividades das entidades membros, ampliando a participação e controle social no exercício da coletividade.
- Avaliar os planos e verificando suas transversalidades entre os planos.

2. Quais são os desafios e fragilidades na estruturação e implementação das ações? O que falta?

- Falta de interação entre instituições.
- Falta de plano de EA nas escolas e empresas.
- Senso de pertencer do indivíduo. Ele precisa ter o sentimento, despertá-lo de que ele faz parte da Bacia/Rio para que se sinta responsável.
- Planos com especificidades confirme cada local, para que sejam tratados características específicas de áreas da Bacia.
- Indicadores de EA.
- Recursos disponíveis.
- Recurso humano – pessoal.
- Continuidade dos projetos.
- Motivação dos membros envolvidos.
- Desburocratização nos processos de EA.
- Falta de recursos e de continuidade nas ações.
- Nota- se que ainda existem CBHs que necessitam da formação de um núcleo fortalecido de EA para disseminar o sistema.
- Após o período crítico da pandemia, os CBHs sentiram dificuldade de dar continuidade aos trabalhos de EA.
- Formação dos membros novos que inserem aos CBHs.
- Participação nas capacitações da ANA.
- Articulação, integração e compartilhamento de ações.
- Parcerias dos CBHs com as universidades para formação de professores.
- Desenvolvimento de oficinas formativas.

- Plano de comunicação estruturado/modernizado efetivo e que atenda as demandas atuais de comunicação.
- Falta de comprometimento da gestão pública.
- Falta de recursos.
- Quebrar o paradigma da comunicação em papel.
- Fomentação aas ações, informação, reflexão sobre questão terrorizadas considerando a diversidade cultural e histórica em especial na parte hídrica.

3. Que ações são necessárias e devem ser priorizadas, considerando a otimização dos recursos disponíveis e o contexto?

- Recursos financeiros para promover ações.
- Direcionar o uso de recursos.
- Elaboração de plano abrangente com projetos específicos para cada subtrecho.
- EA para todos os segmentos envolvidos no sistema.
- Capacitação de agentes educadores/professores. para que a EA ultrapasse efetivamente a sala de aula, para que não seja tratada como algo banal, supérfluo.
- Instrumentos, ferramentas e estratégias para promover EA.
- Ônibus, cartilhas, seminários, comunicação facilitada.
- Propor aos órgãos licenciadores: compensação de EA a grandes empreendedores para seus colaboradores, como condicionante no processo de licenciamento ambiental.
- Criação de câmara técnica voltada para EA.
- Realizar ações práticas por meios dos membros representantes dos comitês.
- Divulgação de casos de sucesso nas mídias de comunicação.
- Recurso (percentual) destinado especificamente para EA.
- Levantar prioridades dentro de cada realidade.
- Ter coerência nas ações.
- Envolver os diversos atores no trabalho de EA (poder público, Conselhos, CBH, Sociedade civil, ONGs, CIEA, empresas, etc.).
- Mudar a mentalidade do que é realmente EA.
- Implementar legislação específica de EA nos estados e municípios.
- Ter acompanhamento, mensuração e avaliação constantes, criando indicadores.
- Incluir os conceitos básicos de Bacia Hidrográfica, na educação formal e não formal.
- Diálogo inter bacias de EA em recursos hídricos, que reúne os 22 comitês de Bacias Hidrográficas de Estado de São Paulo.
- Encontros integrados de comitês do Paranapanema.
- Reúne os estados de SP e PR e estabelece o diálogo, a integração e mobilização dos 7 comitês envolvidos.
- Capacitação para práticas de EA mais efetivas no ensino formal e não formal (menos teoria + práticas).
- Capacitação dos membros do CBH e comunicação.
- Integração dos diferentes atores /setores no CBH e do CBH para outros setores (ex. de SP).
- Recursos para capacitação e implantação de projetos de EA.
- Inclusão (necessidades especiais, vulnerabilidade social, classes sociais).
- Equilíbrio entre os pilares econômicos, sociais e ambientais nas tomadas de decisão no CBH.

- Diálogos interfaciais com maior integração dos comitês, a ex. de SP.
- Destinação de Recursos do Estado para EA.
- comunicação objetiva/linguagem simples e acessível.
- Identificar as necessidades da Bacia Hidrográfica (Diagnostico).

4. Como integrar planos e programas de capacitação, comunicação e educação ambiental em gestão das águas e saneamento?

- Capacitação dos membros do CBH e comunicação.
- Integração dos diferentes atores /setores no CBH; e do CBH para outros setores (a ex. de SP).
- Recursos para capacitação e implantação de projetos de EA.
- Inclusão (necessidades especiais, vulnerabilidade social, classes sociais).
- Equilíbrio entre os pilares econômicos, sociais e ambientais nas tomadas de decisão no CBH.
- Diálogos interfaciais com maior integração dos comitês, a ex. de SP.
- Destinação de Recursos do Estado para EA.
- comunicação objetiva/linguagem simples e acessível.
- Identificar as necessidades da Bacia Hidrográfica (diagnóstico).
- Utilização das redes sociais.
- Contratação de equipe técnica especializada.
- Vídeos curtos, objetivos e acessíveis a toda sociedade.

5. Como as ações de educação ambiental, comunicação e capacitação podem contribuir na implementação dos planos de recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica e na integração entre eles?

- Subsidiando os municípios para elaboração, aplicação e desenvolvimento de seus planos, se possível por institucionalidade, por exemplo, GT, grupo de trabalho.
- Criar dispositivo que visem fundamentar e comprometer as esferas, federal, estadual e municipal integrar e desenvolver propostas de planos de capacitação em gestão dos recursos hídricos, saneamento atrelado a educação ambiental.
- Buscar a atuação e o fortalecimento da rede de educadores ambientais, com formação e capacitação continuada.
- Motivando e mobilizando atores para atuação em rede de ensino público e privado através de: Palestras, capacitação, roda de conversas, atividades culturais, rede sociais.

6. Como o comitê pode contribuir na agenda de regulação do saneamento?

- Fórum institucional para construção do pacto municipal pelo saneamento ambiental.
- Criação institucionalizada do fórum municipal para a construção ou ampliação de diretrizes e pactuação para a implantação, implementação de saneamento ambiental.
- Promover visitas técnicas.
- Promover dinâmicas lúdicas.
- Encaretar Games digitais e jogos interativos.
- Linguagens popular na educação ambiental.
- Criar diagnóstico das bacias hidrográficas para mitigar processos envolvendo comunidades.



14h30 às 15h30 – Trabalhos e apresentação dos projetos
15h30 às 16h00 – Mesa com os Debatedores: Saúde e sustentabilidade
(Doutor de Araújo Rodrigues (IGAM/PA),
Sofia Carolina (ABR),
André Marques (AIGRAP/FR), Nicóla de S&O)



- Projetos modelo inclusivos na educação formal e informal como grade escolar.
- Manter a conservação das margens dos rios, eliminar lançamento de resíduos e dejetos, vindo de esgotos.
- Definição de metas futuras de proteção de recursos hídricos.
- Diálogo e fomento, com o poder público sobre as leis ambientais e conservação do meio ambiente.
- Audiências públicas, com aberturas de diálogo social para que não haja degradação ambiental.
- Transformar a consciência ambiental em algo inerente à sobrevivência é imediato. Cuidar do meio ambiente não é para o futuro é imediato.
- Participação dos setores da sociedade.
- Integração de políticas setoriais.
- Comprometimento dos gestores (formalizada).
- Fomentar a capacitação de educadores.
- Fortalecer e garantir.

7. Como fortalecer e garantir a execução das ações pactuadas nos planos de EA, comunicação e capacitação?

- Atuação dos órgãos fiscalizadores.
- Integração das políticas públicas.
- Participação diversos setores da comunidade.
- Estímulos incentivos/compensação.
- Sustentabilidade Econômica.
- Editais, parcerias e implementação de cobrança do uso da água.
- Comprometimento dos gestores.
- Parcerias para sensibilizar uma maior diversidade da população.
- Monitoramento e fiscalização.
- Comunicação com linguagens simples.
- Divulgação.
- Monitoramento das ações.
- Diagnostico de percepção socioambiental.
- Comunicação democrática.
- Articulação entre instituições de ensino, órgãos gestores e comitês.
- Elaborar plano de capacitação e educação ambiental e pactuar entre poder público e sociedade civil.
- Criar redes de parceria para promover a educação ambiental e capacitação.
- Criar grupos de formação continuada para educadores ambientais (multiplicadores).
- Acompanhamento de resultados do plano por meio de monitoramento das ações voltadas para educação ambiental com capacitação do plano.

8. Como implementar as ações de educação ambiental, comunicação e capacitação de forma integrada e estratégica?

- Elaborar o manual operativo para a implementação dos planos de capacitação e de educação ambiental.
- Promover articulação entre o poder público, usuários e sociedade civil para a promoção da sustentabilidade financeira para implantação do plano da capacitação e educação ambiental.

ÁGUA E JUVENTUDE

PARTICIPANTES

- Moderação: ITAIPÚ Binacional
- Palestrante: Alondra Alvarez – CT Jovem ABRHIDRO
- Debatedor: Ricardo Bruno Rodrigues da Silva - CBH Capibaribe

PERGUNTAS

1. Como a juventude pode contribuir com o tema água?
2. Quais temas relacionados com a água são importantes e devem ser trabalhados em ações de educação, capacitação e comunicação?
3. Quais são os espaços e oportunidades existentes para a formação e atuação dos jovens relacionados com o tema da água?
4. Quais ações podem ser desenvolvidas para o engajamento, comunicação e formação dos jovens? Quais ferramentas podem ser utilizadas?



DISCUSSÕES E PROPOSTAS

1. Como a juventude pode contribuir com o tema água?

- Usar mídias/redes sociais para facilitar e mobilizar as informações e a comunicação com a própria juventude. Compartilhar nas redes sociais a importância da água. Por estarem conectados em “redes vivas”, transmitem e multiplicam as informações de forma mais rápida.
- Ações voltadas à valorização, respeito e cuidado do meio ambiente: pensar em formas de melhor gestão de água, proteger mata ciliar, conscientizar dos limites de exploração dos recursos hídricos, preservar nascentes, procurar em cada cidade áreas com água para cuidar e fortificar essas áreas.
- Sensibilização e conscientização dos jovens sobre o uso racional da água.
- Aumentar a participações dos jovens com incentivos, mutirões, campanhas, debates, inovação, palestras, rodas de conversas ou estudos, partilha de ideias e conhecimentos e atividades práticas em ações sobre a temática água.
- Buscar apoio financeiro.
- Desconstruções dos padrões culturais.
- Conhecer a realidade local.
- Replicação na família e na sociedade de comportamentos sustentáveis.
- Participação nos conselhos, criar espaço efetivo de participação para a juventude dentro dos CBM'Sc.
- Desenvolver educação ambiental dentro das escolas.
- Características dos jovens para mudança: Entusiasmo – ter foco e vontade para mudar; Criatividade – Utilizar da mente jovem para criar maneiras diferentes para dialogar e divulgar mudanças; Interesse – Demonstrar vontade de adquirir maior conhecimento sobre o assunto.
- Reunir o maior número de jovens pra colaborar com ações e projetos e manter a união de ideias e grupos.
- Desenvolvimento de um novo paradigma, com mais criatividade e análise crítica.

2. Quais temas relacionados com a água são importantes e devem ser trabalhados em ações de educação, capacitação e comunicação?

- Poluição.
- Preservação ambiental.
- Normas de exploração.
- Uso consciente e reuso da água.
- Rede distribuidora e tratamento da água.
- Conscientização agroecológica em propriedades rurais, bioacumulação dos poluentes, manejo adequado do solo, irrigação.
- Saneamento básico.
- Constituição Federal, Art. 225 “Todos temos direito de um ambiente saudável da mesma forma que devemos preservá-lo para atuais e futuras gerações”. Água direito de todos, recortes de gêneros de classe.
- Segurança alimentar e segurança hídrica.
- Saúde e meio ambiente.
- Disponibilidade hídrica nos mananciais; conhecimento do ciclo hidrológico.

- Geração hidroelétrica;
- Instituição de água/legislação;
- Proteção de nascente;
- Preservação das bacias hidrográficas
- Prevenção de contaminação da água por compostos químicos
- Preservação do meio ambiente na regra 3R (reduzir, reutilizar, reciclar)
- Recuperação de nascente
- Preservação de mata ciliar
- Dificuldade de acesso a água potável

3. Quais são os espaços e oportunidades existentes para a formação e atuação dos jovens relacionados com o tema da água?

- Centros da juventude e de convivência;
- Escolas;
- Comunidade;
- ONG'S;
- Cursos profissionalizantes e técnicos;
- Plano diretor dos municípios;
- Curso/palestra/debate;
- Projetos de extensão;
- Eventos sociais;
- Itaipu;
- Fórum da água e juventude;
- Internet, redes sociais;
- Em casa e espaço rural

4. Quais ações podem ser desenvolvidas para o engajamento, comunicação e formação dos jovens? Quais ferramentas podem ser utilizadas?

- Encontros educativos nas escolas.
- Rodas de diálogo;
- Utilizar a internet, mídias sociais, apps e livros digitais como ferramentas para divulgar ações e formar os jovens;
- Fórum para debater assuntos relacionados à água.
- Apresentação de inspirações a partir de boas experiências próximas,
- Palestras interativas, teoria/prática/experiência;
- Novos métodos de ensino;
- Utilização da arte para a conscientização;
- Promoção de eventos voltados para recursos preservação ambiental;
- Falas nas escolas sobre comitês para que os alunos se interessem mais e busquem mais conhecimento;
- Eventos sociais e debates;
- Participação dos jovens em decisões públicas e de interesse geral;
- Capacitação acadêmica;
- Melhor assessoria com a comunicação entre escolas para participar de eventos, parceria entre a secretaria da educação envolvendo o município;
- Campanhas;
- Criar espaços para discussões sobre a água e meio ambiente, bem como implementar projetos na comunidade;
- Projetos de educação ambiental;
- Câmara técnica de juventude e água dentro dos comitês e
- Realização de curso/programa de jovens aprendizes nas áreas ambientais, estágios na área.



4 Avaliação

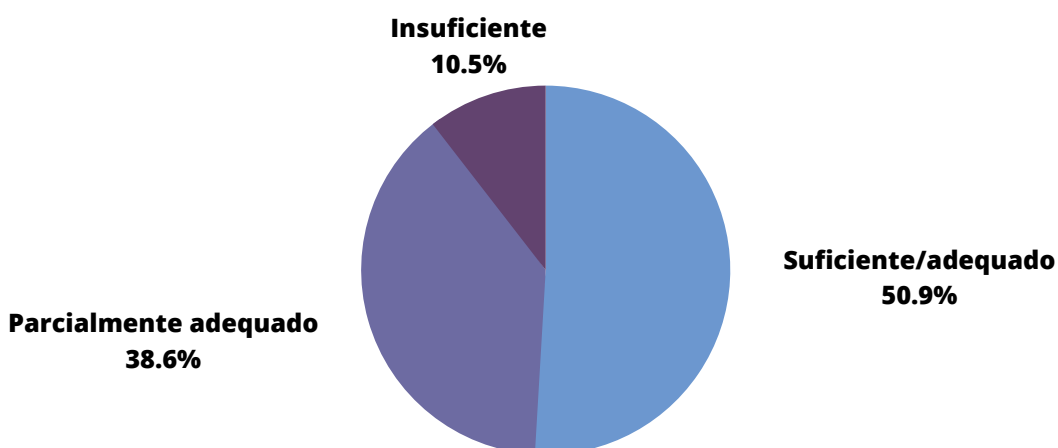


Ao final de cada estação, os participantes foram convidados a realizar uma avaliação, contemplando a metodologia, objetivos e outros aspectos da realização da jornada. Obtivemos ao total 276 respostas de 1588 participantes. Segue abaixo os resultados gráficos e numéricos e no item 11, a íntegra dos comentários.

1. O objetivo da oficina foi:



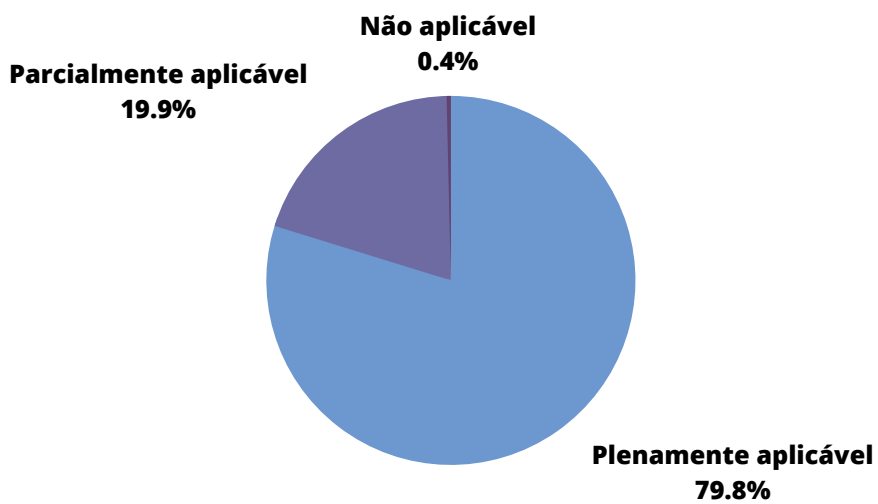
2. Quanto à carga horária:



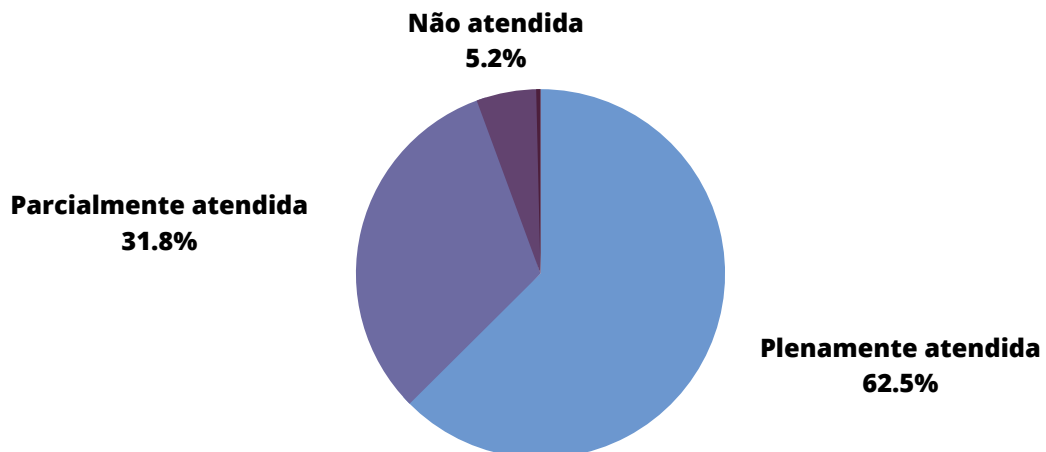
3. Sobre a metodologia:



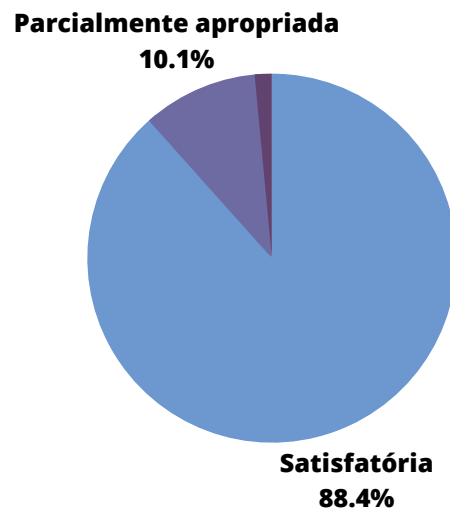
4. Quanto ao conteúdo abordado:



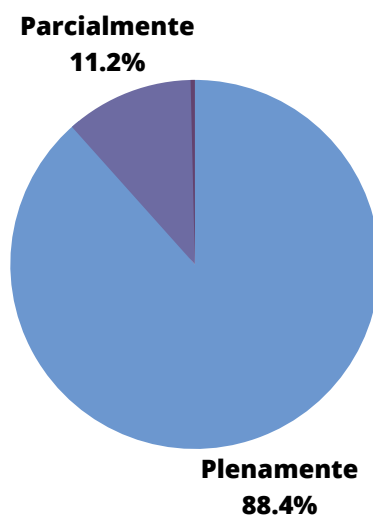
5. Quanto às expectativas:



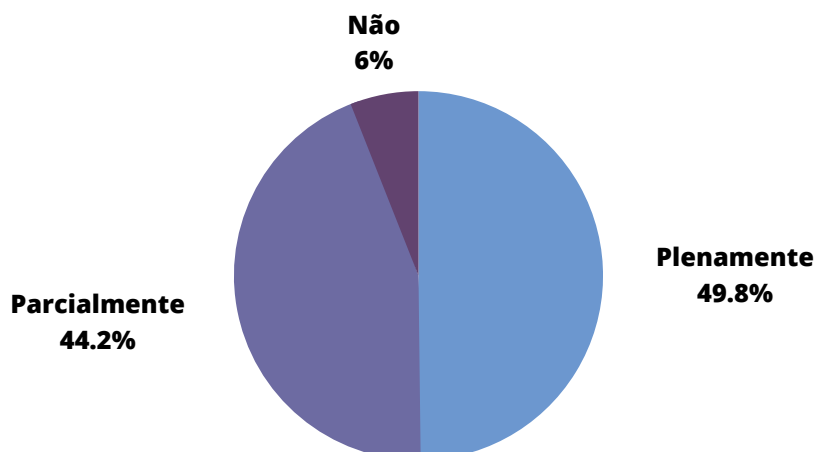
6. Quanto às condições físicas:



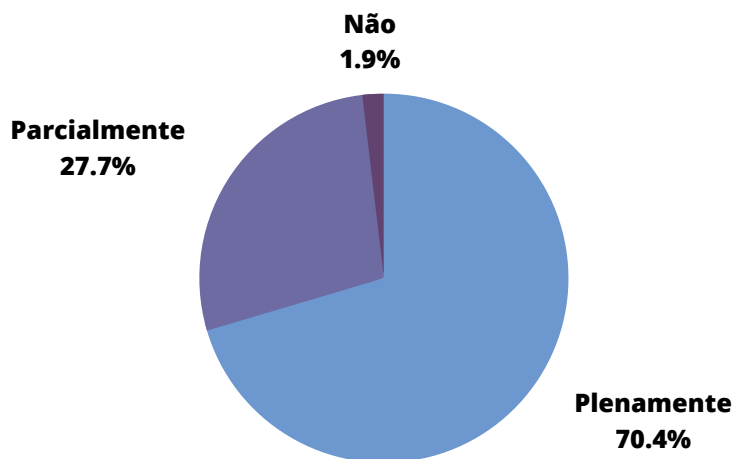
5. Relacionamento entre os participantes:



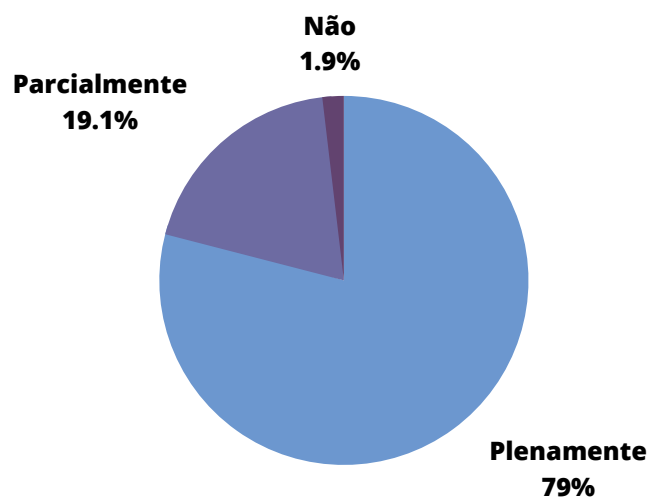
6. Quanto às expectativas:



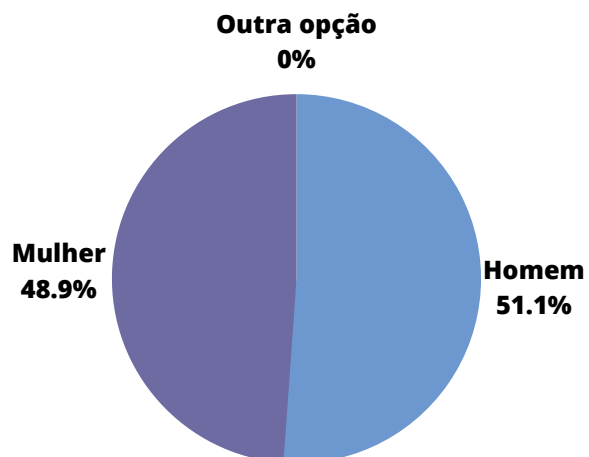
7. Quanto à organização:



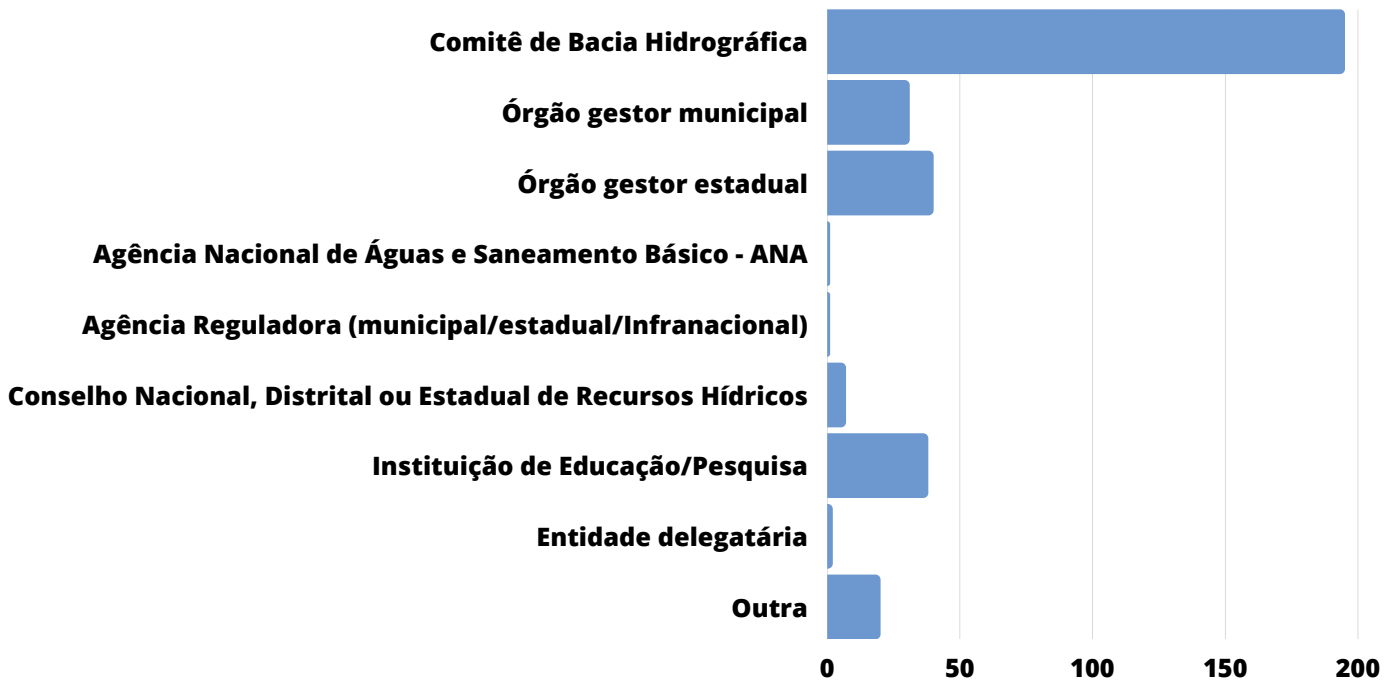
8. Quanto à condução:



9. Você é:



10. Perfil de atuação



11. Comentários adicionais

- Demora muito grande para entrada na sala, mesmo com a inscrição já feita
- As instituições públicas se comportam como entes autistas pois o Estado pensa de forma política administrativa e os comitês de forma ambiental sem representatividade social e política efetiva. É um desarranjo que não vai a lugar algum. A base estrutural é a sub bacia hidrográfica, desconsiderada enquanto conjunto de usuários que respondem pela produção ou não de água.
- Divulgar maior que precisaria nos escrever para as oficinas.
- Tudo muito bom
- Uma experiência muito boa para tratar da educação HIDROAMBIENTAL.
- Podemos melhorar. Mas diante das circunstâncias foi alcançado acredito os objetivos, pela heterogeneidade dos componentes. Iamasaki
- Excelente oficina de capacitação! Contribuiu bastante para meus objetivos de capacitação
- Excelente troca de experiências
- Gastaram muito tempo com apresentações que não contribuirão com o tema. E praticamente não tenho tempo para realizar a atividade.
- A sala ficou muito cheia e os grupos com um número grande de pessoas e muitas perguntas para responder. A metodologia é adequada para o aprofundamento e participação efetiva das pessoas, mas as considerações acima prejudicaram.
- Muitas pessoas em uma única sala. Grupo grande e distante.
- Gostaria que houvesse mais tempo para realizar a atividade. Especialmente para ouvir os demais grupos.
- Evento excelente. Primeiro de muitos outros que virão.
- Muito produtiva as discussões e compartilhamento de experiências
- Há que se garantir o cumprimento dos horários. A oficina foi bem planejada, mas a prática não. Poderia ter sido muito mais efetiva se o tempo fosse mais adequado e se focasse os grupos.
- Criar ou ampliar mecanismos de interação e mobilização.
- Altamente técnico envolvente e didático.
- Tempo foi insuficiente, mas o tema abordado foi pertinente e bem trabalhado.
- A oficina atrasou cerca de 1 hora para começar. Esse atraso comprometeu o tempo de discussão. Mas é justificado, pois foi o primeiro dia. O meu objetivo foi atendido, pois conheci pessoas de vários locais e compartilhamos experiências. Além disso construímos um grupo de WhatsApp para continuarmos as discussões e compartilhamentos.
- Excelente evento
- Excelente
- Separar os grupos em locais diferentes! Foi difícil a comunicação por conta do barulho
- Excelente, porém o tempo foi curto
- Muito bom.
- Parabéns.
- A dinâmica , metodológica utilizada favoreceu a participação de todos os membros

- Pelo número de pessoas talvez o word café tenha ficado um pouco confuso, apesar de ser metodologia ótima para reflexões. Tlvz fazer mesas menores numa próxima oportunidade
- Menor tempo de troca entre as mesas
- Aumentar o tempo.
- Começar no horário das atividades
- Deve-se pensar numa melhoria da dinâmica dos trabalhos.
- A oficina foi uma momento de interação entre representantes dos diferentes atores do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, compartilhamento de visões e experiências. Parabéns aos organizadores!
- Muito boa a oficina
- A metodologia funcionou bem, apesar de achar que as rodadas poderiam ser mais rápidas e dinâmicas favorecendo mais a participação das pessoas em todos os grupos.. e ter mais tempo para o fechamento, que achei que foi corrido. Mas compreensível também por conta do número de pessoas. Gostei! Obrigada
- Evento muito grande, resultado satisfatório
- Mesa com muitos participantes, pouco tempo
- Tema importante a nível mundial!
- A oficina foi muito proveitosa, no entanto, o grande número de participantes causou pequenas dificuldades na transição entre os grupos e na audição das discussões.
- Achei interessante a forma da dinâmica da oficina, mas poderia ter um melhor direcionamento para que os participantes não se dispensem do seu objetivo dela.
- Surpreendente a procura pela sala do tema Revitalização de rios e PSA
- Os especialistas poderiam palestrar após o “brainstorm” de respostas às perguntas e também comentar algumas respostas. Poderia-se criar um intervalo de horário para que pudessem preparar esse “feedback”. Devido a pandemia, teria sido mais apropriado escolher um hotel com salas com janelas que pudessem ficar abertas, não havendo chuva.
- Gostaria de obter a síntese dos grupos apresentados.
- Planeja melhor todos os oitenta necessários para a realização da atividade, o que será necessário. Ex. Senha de internet.
- O tema deve ser inserido urgentemente nas discussões do Comitê
- Explicar melhor a metodologia antes (até mesmo via texto junto com a inscrição) na para garantir que todos entendam e contribuam. Palestras poderiam ser antes dos trabalhos em grupo para inspirar ainda mais as conversas.
- Encurtar o espaçamento entre os eventos de capacitação e abrir um link para que possamos sugerir temas para as próximas, se eóque já não existe e não seja do meu conhecimento.
- Aumentar carga horária. Deve ser um dia de oficina
- Muito boa a oficina, parabéns!
- Organizar de forma Abel o tempo mas parabéns
- Precisamos levar essas oficinas para os comitês
- Foi maravilhoso. Precisamos de mais momentos como esses.
- Importante discussão para monitoramento dos planos de recursos hídricos e sua aplicação na bacia hidrográfica...
- Parabéns pela oficina, trouxe bastante discussão com pessoas diferentes de distintos comitês

- Importante haver um facilitador que possua alinhamento de informação necessária para conduzir as discussões de forma mais assertiva, creio que contribuirá para otimizar o tempo
- A diversidade e níveis de amadurecimento dos comitês e pessoas integrantes da mesa
- Melhorar comunicação com políticos e comunidades tradicionais p entrarem de fato no processo. Necessidade de melhorar monitoramento nas áreas sem estação fixa com kits, sondas portáteis e medidores de vazão p ter dados que cubram esses vazios. A médio e longo prazo expandir as redes fixas. Padronizar parâmetros p ajudar nas modelagens matemáticas. Atualização das legislações urgente. Muitos elementos químicos novos e persistentes sem enquadramento. Não são tratados nas ETAs.
- Um Empoderamento do Saber Conquistado hoje.
- Como os assuntos eram muito complexos, não sei se com mais tempo conseguiríamos ver as reflexões de todos os grupos. De qualquer forma foi ótimo participar. Obrigada
- Metodologia muito boa
- Esse tema Precisa ser trabalhado em todos os colegiados do país
- Vim em busca de conhecer os trabalhos dos comitês para decidir um projeto prático para mestrado. Muito obrigada
- Temática de suma importância para o futuro próximo da formação de formadores, aqueles que atuarão de forma muito significativa nas próximas décadas.
- Parabéns aos envolvidos no profágua, proficiamb.
- Ampliar os programas de capacitações
- Excelente
- Parabéns. Excelente.
- Forma de abordagem e estudo melhor que o de manhã.
- Excelente evento
- Ótima iniciativa e tema!
- Encerraram a atividade sem a finalização prevista, como também aconteceu de manhã nesta sala!
- Foi a oficina que vai crescer mais os conteúdos.
- Sim
- Muito bom!!
- Metodologia adequada e técnica inapropriada, grupos sem moderador, sem técnica de visualização, dominância de alguns atores, todos os grupos na mesma sala, ruído excessivo, nem todas as opiniões foram contempladas devido à técnica aplicada. Metaplan.
- Que possa ser publicado as propostas do grupo
- O tempo com as apresentações iniciais foi longo e prejudicou o mais importante que foi a troca entre os grupos.. senti falta de ter rodado em outros temas. Talvez menos pessoas por grupo pode favorecer a prática. Achei um tanto tumultuada essa oficina.
- Gratidão
- A oficina demandou mais tempo que o previsto, se prolongou até quase 13 horas. A discussão foi um tanto superficial visto a complexidade do tema.
- Sim
- Faltou melhor organização
- Pude sustentar minhas opiniões
- Oficina produtiva com idéias relevantes. Aguardo o material que será produzido
- Privilégio em participar muito edificante.

- Pouco tempo para as oficinas talvez dois dias fossem interessante para as trocas de experiências entre tantos contextos diversos do nosso país
- Para transformar essa oficina num primeiro passo no Comitê é necessário firmarmos o conhecimento interativo e propósito com o que está no PRH.
- Muito bom
- Evento muito bom gostei vou levar bastante conhecimento para minha região e tentar repassar o máximo
- Muito bom gostei muito
- Gostei muito foi bem aproveitado
- Mais horas pra discussão da oficina.
- Grupos menores.
- Divulgar os resultados com metas a serem atingidas e desenvolvidas em forma de programas.
- Oficina com coordenação confusa e ineficiente, atrapalhando a produtividade e aprendizado, vom atraso de mais de 1h para encerramento.
- As discussões foram muito boas! Grande diversidade regional e muitos conhecimentos compartilhamos! Esse tipo de evento e organização possibilitou a obtenção de visão sobre os outros estados e regiões, e adicionalmente como tem sido a gestão.
- Não concluímos as atividades
- Gostei muito! Vocês estão de parabéns! A dinâmica utilizada foi muito boa.
- Sempre iniciar as atividades no horário marcado, para melhor aproveitamento do conteúdo dos trabalhos.
- Ótimo evento
- Seria necessário maior carga horária
- Melhorou a metodologia da atividade, menos confusão porque ao invés de trocar todos de mesa, trocaram-se os mediadores e por isso melhor aproveitamento e avaliação também como um todo. Att.
- Na sala 01 foi muito bom essa metodologia aplicada, melhor do que as palestras.
- Saímos neste primeiro dia, enriquecido de conhecimentos ,e troca de experiências.
- Promover capacitação mais avançada a interessados acerca de mediação de conflitos.
- Proveitoso
- Respeitar a divisão inicial. Gastou-se muito tempo com a redistribuição dos grupos. Como tinham 14 grupos, poderia ter dado somente 2 perguntas para os grupos, dando mais tempo para a plenária/debate
- Perguntas muito semelhantes, o que não estimulou o debate.

